



## ABAIXO-ASSINADO

### PELA ATRIBUIÇÃO DOS SUPLEMENTOS POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DA CARREIRA DE GUARDA-FLORESTAL E DE TRABALHO EM EQUIPA DE PROTECÇÃO FLORESTAL

Exmo. Senhor  
Primeiro-Ministro

Exmo. Senhor  
Ministro da Administração Interna

Os guardas-florestais do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), da Guarda Nacional Republicana (GNR), de acordo com o estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 247/2015, de 23 de Outubro, exercem funções de policiamento e fiscalização do cumprimento da legislação florestal, da caça e da pesca e, enquanto órgão de polícia criminal específico, investigação as causas dos incêndios florestais.

Decorrente do mesmo estatuto, estão atribuídos aos guardas-florestais deveres que pelas suas características são equivalentes aos dos agentes de outras polícias e mesmo aos dos militares da GNR, como a *Disponibilidade Permanente, o Poder de autoridade, a obrigatoriedade do uso da arma em serviço.*

Refira-se ainda que os Guardas Florestais, em funções no SEPNA da Guarda Nacional Republicana, por força do seu estatuto, integram e participam para o cumprimento da missão geral da Guarda Nacional Republicana.

Importa realçar, igualmente, *a penosidade e insalubridade das funções*, designadamente, as inerentes à validação das áreas ardidas e à investigação das causas dos incêndios florestais, com caminhadas a pé de dezenas de quilómetros, para circundar áreas ardidas, ainda cheias de fumo e poeira dos incêndios, em terreno acidentado. *E a penosidade decorrente do exercício das funções de policiamento, fiscalização e vigilância, circulando em viaturas todo-o-terreno, em terrenos acidentados ou muito acidentados.*

Por outro lado, os guardas-florestais do SEPNA/GNR, exercem as suas funções integrados em equipas de protecção florestal e em grupos de trabalho mistos, com militares e guardas-florestais, sujeitos a escalas de serviço com variabilidade de horários ao longo da semana e dos dias de descanso semanal.

O Governo teve oportunidade de pôr cobro a esta discriminação, quando recentemente aprovou a alteração ao estatuto da carreira de guarda-florestal, recusando-se a incluir no Decreto-Lei nº 114/2018, de 18 de Dezembro, a atribuição dos suplementos remuneratórios que fariam justiça.

[illegible]

[illegible]

